

# GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES-SP: PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL

## AUTORES

**Carlos A. da C. PIGNATARI**  
**Simone BATISTA**

Discentes do curso de Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes.

1

**Luci Mendes de Melo BONINI<sup>1</sup>**  
**Renata Jimenez de Almeida SCABBIA**  
Docente do curso de Psicologia UNILAGO

## RESUMO

Estuda-se a percepção dos moradores do Município de Mogi das Cruzes sobre gestão municipal do ambiente, com foco no Programa Município VerdeAzul. Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem quanti-qualitativa de corte transversal. Participaram da pesquisa 311 indivíduos, com idade entre 18 e 89 anos, moradores em diferentes bairros e distritos do município. A partir da avaliação das respostas dos entrevistados, observou-se a população local não sabe ou não tem certeza sobre a quem recorrer quando há um problema ambiental, além desconhecer a existência e função do Conselho Ambiental no município.

## PALAVRAS - CHAVE

Percepção. Gestão Pública Ambiental. Município Verde Azul

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente estudo visa analisar a percepção do munícipe quanto às políticas ambientais imprescindíveis para obtenção do selo de Município VerdeAzul pela cidade de Mogi das Cruzes.

Trata-se de um programa estratégico do governo do estado de São Paulo que visa fomentar projetos públicos em prol da melhoria da gestão ambiental municipal, por meio de políticas públicas que envolvam entidades públicas, privadas e a comunidade local. Possui como proposta estimular a política ambiental, onde a gestão pública municipal criará ações e, através do cumprimento de protocolos, terá que atender às especificidades no que concerne à melhoria da qualidade de vida da população, conforme diretrizes expostas através do edital (VerdeAzul).

Segundo Barbosa a ideia do programa é estimular a política ambiental:

Atualmente denominado de Programa Município VerdeAzul, essa política pública ambiental do estado de São Paulo tem por objetivo estimular os municípios paulistas a participar da política ambiental com a adesão do Protocolo Verde de gestão ambiental compartilhada e ainda, certificar os municípios ambientalmente corretos, priorizando o acesso aos recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição-FECOP. (BARBOSA, 2014, p. 4).

Por meio de pesquisa realizada entre os moradores da cidade de Mogi das Cruzes, buscou-se analisar os vários aspectos inseridos no respectivo Programa. Este estudo, porém, tem como objeto, especificamente, a análise sobre a percepção dos moradores quanto à gestão municipal, suas ações e impactos sobre o Programa VerdeAzul.

O estudo da percepção do munícipe sobre as políticas ambientais e sua gestão possui grande relevância para o aprimoramento dos projetos públicos, mormente em razão da meta de obtenção do selo Município VerdeAzul, possibilitando – ao gestor público – identificar as ineficiências para, a partir de sua constatação, buscar ações passíveis de saná-las, ou ao menos mitigá-las.

Cumprindo observar que a interatividade entre poder público, os atores privados e a população atrai uma maior eficiência na elaboração e consecução das políticas públicas e, por conseguinte, repercute em sua eficácia.

## **2 PROGRAMA VERDEAZUL**

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS**

Toda política pública é direcionada ao bem estar comum da população, sendo iniciada através de uma necessidade local ou global. Segundo Secchi (2015, p.11) “Política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados”.

Nesse contexto, o Estado, gestores públicos e a comunidade podem atuar para reduzir ou amenizar o entrave público, sem, contudo, confundir uma política pública com interesses privados ou partidários (SECCHI, 2015). A política pública é levada através de uma intenção pública e pode ser atendida também pelo setor privado, através de parcerias público-privadas.

Uma política pública tem que ser compatível ao local necessitado, ou seja, ao efetuar um benchmark (extrair uma política de outro local) o gestor deverá atender às necessidades regionais, através de um conjunto de ações que serão reguladas por este mesmo agente público, e implementadas seguindo métodos e atendendo o perfil daquela sociedade.

## **2.2 GESTÃO PÚBLICA DO MEIO AMBIENTE – MUNICÍPIO VERDEAZUL**

A gestão pública do meio ambiente tem como objetivo criar um município sustentável. Ao expor uma política ambiental o agente produtor deverá determinar objetivos e metas, medindo as ações constantemente. A gestão que tem como objetivo o meio ambiente foca na qualidade de vida local.

No Brasil, a CF/88 garante a proteção ao meio ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Já as políticas ambientais possuem suas diretrizes na legislação nº 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente (BARBOSA, 2014).

Assim, o programa município VerdeAzul tem como premissa alcançar melhor qualidade ambiental. Os municípios que buscam a certificação VerdeAzul são avaliados sob dez diretrizes: esgoto tratado, gestão das águas, resíduos sólidos, cidade sustentável, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental. Será considerado como município VerdeAzul a cidade que – submetida ao índice de avaliação ambiental – IAA - conquistar pontuação acima de 80 pontos (SÃO PAULO, 2016).

Neste cenário, faz-se necessária a criação contínua de ações e projetos que envolvam os demais órgãos públicos como parceiros – destacando-se maior relevância para a secretaria do meio ambiente – e para que esse fator seja atendido é importante descentralizar a gestão, expondo desafios e dificuldades (BARBOSA, 2014), bem como acompanhar os indicadores para medir e criar ações dentro do esperado.

Em suma, é essencial alinhar com os *stakeholders* o que se almeja expondo métricas, avanços e retrocessos dentro do macro projeto e subprojetos que o complementarão. Dada a complexidade para se atender ao projeto estudado, a comunicação irá atrair maior fluência em todos os procedimentos. Segundo Secchi (2016,p. 33) “(...) O problema pode até ter potencial de resolução, mas depende das forças ou competências legalmente estabelecidas (...)”.

### 3 MÉTODO

A pesquisa é de natureza exploratório-descritiva, de abordagem quanti-qualitativa e de corte transversal. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos, sob número 1.977.140. Mogi das Cruzes compõe a Região do Alto Tietê. É uma cidade rica em recursos naturais, notadamente face à presença Mata Atlântica nas serras do Itapeti e do Mar na extensão do rio Tietê, possuindo diversas áreas de proteção ambiental.

Foram sujeitos da pesquisa, 311 moradores do município de Mogi das Cruzes, homens e mulheres de mais de 18 anos que se dispuseram a participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados a partir de um questionário idealizado para dar conta dos objetivos desta pesquisa. O questionário é dividido em perfil sociodemográfico, de onde se espera caracterizar a população participante do estudo, em seguida o instrumento de coleta de dados está dividido nas respectivas categorias do programa em estudo e dentro de cada categoria organizaram-se questões a fim de conhecer o nível de percepção dos participantes.

Mogi das Cruzes tem uma população estimada em 2016 de 429.321 pessoas, o PIB per capita a preços recorrentes de 2014 é de 31.839,19 reais, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,783 de acordo com informações do IBGE (2017)

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente, utilizando-se o Excell e os dados qualitativos, à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), já as iniciativas dos municípios participantes do PMVA serão avaliadas a partir de dados do IBGE para o período de vigência do Programa, para que possam ser correlacionadas à percepção dos participantes da pesquisa.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 4.1 SUJEITOS DA PESQUISA: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Participaram da pesquisa 311 sujeitos, moradores em Mogi das Cruzes, distribuídos em 76, dos 188 bairros do município, incluindo-se aí 4 dos 8 distritos em que a cidade é dividida.

Para esses sujeitos perguntou-se o grau de instrução e se obtiverem os seguintes resultados: Analfabetos - 2; Ensino fundamental 1 (completo ou incompleto) – 23, Ensino fundamental II (completo ou incompleto) - 14, Ensino Médio – 35, Ensino técnico – 4, Ensino Superior completo – 47, Cursando ensino superior – 75 Mestrandos – 2, Mestres – 2 e Não responderam: 106, totalizando 311 participantes.

O grau de instrução pode ter reflexo na renda familiar (Tabela 2), uma vez que se observa um grande número de participantes com superior cursando ou completo:

**Tabela 1. Renda Familiar.**

Renda Familiar em	Sujeitos	%
-------------------	----------	---

reais		
854	16	5,1
1113	22	7,1
1484	42	13,5
2674	67	21,5
4681	65	20,1
9987	60	19,3
17434	24	7,7
Não resp.	15	4,8
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>100</b>

Conforme se pode observar grande parte dos sujeitos estão numa faixa de renda familiar que pode ser considerada de média para alta, num total de 47% dos participantes.

Ribeiro afirma que:

Quando se observa a distribuição relativa da população ocupada segundo os anos de escolaridade, tanto na região metropolitana do Rio de Janeiro quanto na região metropolitana de São Paulo, percebe-se que tem havido, ao longo do período analisado, aumento da proporção de pessoas que possuem níveis mais elevados de escolaridade e, por conseguinte, redução da proporção de pessoas com níveis mais inferiores. (RIBEIRO, 2016, p. 177)

#### **4.2 GESTÃO MUNICIPAL**

A avaliação dos dados coletados sobre a gestão municipal, com base no questionário aplicado às 311 pessoas residentes no município de Mogi das Cruzes, evidenciou-se o seguinte:

Em relação à pergunta “Você sabe a quem recorrer quando há um problema ambiental?”, 120 indivíduos responderam “sim” e 191 responderam “não”. A partir disso computamos uma lacuna de 71 entrevistados que diferenciam a visão, entre saber ou não saber a quem se reportar em caso de um entrave ambiental.

Entre os que responderam afirmativamente (38%), perguntou-se ainda “A quem recorrer?”, obtendo-se as seguintes respostas: à Prefeitura municipal de Mogi das Cruzes (37 pessoas); Guarda ambiental (26); Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB (21); IBAMA (8); Secretaria do meio ambiente (7); Polícia Militar (6), Corpo de Bombeiros (5); Defesa Civil (2); Organização não

Governamental – ONG (2); Secretaria do verde (1); Conselho ambiental - órgão esse fruto do projeto (Programa município VerdeAzul) (1); Ministério Público (1); Ouvidoria (1), Advogado (1); não sabe (1).

Em relação à pergunta “Você já ouviu falar no Conselho ambiental do seu município?”, 29 indivíduos responderam afirmativamente e 281 responderam negativamente, o que demonstra o desconhecimento por quase todos os entrevistados.

Entre os que responderam “sim”, perguntou-se, ainda, “O que teriam ouvido falar, por exemplo?”. A esta pergunta obtivemos as seguintes variadas respostas: medidas de arborização; preservação ambiental; palestras no centro municipal de formação dos professores (CENFORP); sobre regras de tentativas de aterro sanitário; autorização para cortes de árvore; que é burocrático; plano municipal de meio ambiente, CETESB e três indivíduos relataram que ouviram falar na TV.

Denota-se da análise das respostas dadas que as pessoas que afirmaram ter ouvido falar sobre o Conselho não possuem conhecimento real de suas reais funções, apenas sabem remotamente acerca de sua existência.

A municipalização da questão ambiental e a efetivação dos sistemas de meio ambiente demandam o fortalecimento do planejamento e das decisões, o que demandam capacitação a fim de que políticas locais estejam de acordo com as boas práticas ambientais, o que por sua vez pede a participação da população. (ÁVILA & MALHEIROS, 2012).

A Constituição de 1988 elevou os municípios a entes federados com autonomia para se organizarem, elegerem seus representantes, elaborarem suas leis e arrecadarem tributos próprios. (LEME, 2010).

Com efeito, a Lei municipal n. 7.170, de 16 de junho de 2016, que regulamenta o Conselho de Mogi das Cruzes, prevê em seu art. 6º, entre outras competências do CMMA, a de “orientar a educação em todos os níveis para a participação ativa do cidadão e da comunidade na proteção d meio ambiente” e “atuar no sentido de formar consciência pública da necessidade de proteção do meio ambiente, promovendo seminários, palestras, debates e estudos para tal finalidade” (incisos VII e VIII) – o que corrobora com o texto constitucional no que concerne ao dever do Poder Público de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (inciso VI, parágrafo 1º, do art. 225, da CF/88), donde se depreende tratar de ato vinculado, e não discricionário.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa demonstrou que a população local não sabe ou não tem certeza sobre a quem recorrer quando há um problema ambiental e que desconhece a existência do Conselho ambiental no município, bem como qual é a sua finalidade.

Os dados coletados apontaram que existe uma lacuna entre o projeto de implantação e manutenção do programa município VerdeAzul e a percepção dos munícipes.

Assim, verificamos a necessidade de o poder público local implementar ações educativas a fim de divulgar os projetos que realiza, informar a população sobre a quem recorrer em caso de problemas ambientais, bem como sobre a existência e as funções do Conselho ambiental.

Pelo exposto, os dados do presente estudo sugerem que a gestão municipal acerca do Programa VerdeAzul deve ser mais bem desenvolvida, para que as pessoas saibam como solucionar um problema ambiental, o órgão competente e sobre a existência e finalidade do Conselho Ambiental.

A partir dos resultados alcançados, ações de educativas precisam ser iniciadas, dentre elas a condução de programa de educação ambiental ações publicitárias em jornais locais, TV e revistas, cartilhas, além de programas de educação nas escolas, porquanto o fato de o indivíduo não saber a quem recorrer deixa certo a vulnerabilidade na educação ambiental, propiciando inclusive, a prática de crime ambiental - o que coloca em xeque as ações já realizadas pelo poder público até então, mormente a consolidação da certificação do Programa município VerdeAzul, uma vez que a cidade de Mogi das Cruzes foi recentemente pré-certificada.

Essas ações poderão ser tratadas através de um comitê de melhorias em políticas ambientais do município, que teriam como integrantes colaboradores de todas as pastas e academias científicas da cidade, com reuniões periódicas, e naturalmente a criação ou aperfeiçoamento dos "Keys performance indicators" - KPI's, levados pela qualidade e financeiro, ou seja nível de aceitação da campanha e custo benefício da mesma.

Cabe frisar que o exercício da cidadania compreende também a participação do cidadão na formulação das políticas públicas e em seu acompanhamento, sem o qual não haverá efetividade.

Por fim, dada a riqueza natural que permeia a cidade de Mogi das Cruzes, é primordial a continuidade de ações em fomento do Programa Município VerdeAzul – o qual corresponde a uma excelente estratégia para produzir ações voltadas ao meio ambiente – cujo objetivo maior é o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. D. & T. F. MALHEIROS.. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Saúde Soc.**,v.21, v.21, supl.3, p.33-47. 2012.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiental**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10894-copia-sistema-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em 06/06/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em :<[https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_225\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp)> Acesso em: 08/06/2017

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2017. Cidades. Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> > Acesso em 24 fev. 2017.

LEME, T. N. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, 25-52. 2010

SÃO PAULO. **Programa Município Verde Azul**. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/o-projeto/>. Acesso: 06/06/2017.

MOGI DAS CRUZES. **Mogi das Cruzes pré certificada no programa município VerdeAzul**. Disponível em <<http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/noticia/mogi-das-cruzes-e-pre-certificada-no-programa-municipio-verde-azul>> Acesso em 09/06/2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, caso prático**. – 2 Ed. – São Paulo. Cengage Learning, 2015.

\_\_\_\_\_ **Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. – São Paulo: Cengage Learning, 2016.